



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC  
Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2023**

#### **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

#### **CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

#### **PREÂMBULO**

O Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, NERCI BARP, comunica aos interessados que se acha aberta, até às **13:45 horas do dia 17/08/2023**, no Setor de Compras da Administração Municipal, sita na Rua Alberto Koglin, nº. 3493, Edital de concessão de uso de bem público, objetivando a **Concessão para a exploração comercial de bar e lanchonete do Ginásio de Esportes Prefeito Valdemar Jumes pertencentes ao Município de Dona Emma**. A licitação na modalidade concorrência pública será do tipo **MAIOR OFERTA**. O processo licitatório reger-se-á pelos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. As propostas serão recebidas mediante protocolo, na Administração Municipal de Dona Emma, no horário de expediente. Os envelopes contendo a documentação e habilitação serão abertos a partir das **13:45 horas do dia 17/08/2023** pela Comissão Permanente de Licitações.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O presente Edital visa outorgar **Concessão para a exploração comercial de bar e lanchonete do Ginásio de Esportes Prefeito Valdemar Jumes pertencentes ao Município de Dona Emma**, conforme itens abaixo:

1.1.1 - Concessão de bar e lanchonete do Ginásio de Esportes Prefeito Valdemar Jumes, Rua Alberto Koglin, s/n, Centro, Município de Dona Emma/SC, valor mínimo R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais.

#### **2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

2.1. A participação no processo dar-se-á pela apresentação até à hora definida neste Edital, de 02 (dois) envelopes, fechados, cada um deles contendo a identificação do proponente, trazendo na sua parte frontal a seguinte identificação:

**2.1.1. No envelope Nº. 01:**  
**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 39/2023**  
**HABILITAÇÃO**  
**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

**2.1.2. No envelope Nº. 02:**  
**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 39/2023**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**  
**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**



# MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC  
Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

## 3. DA HABILITAÇÃO

3.1. É condição essencial para participação, à apresentação dos seguintes documentos dentro do envelope nº. 01:

### 3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- No caso de sociedades por ações, o estatuto social deve estar acompanhado dos documentos referentes à eleição dos atuais administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante.

### 3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial do estado sede da empresa licitante.

### 3.4. DECLARAÇÕES:

- Declaração de não exploração do trabalho infantil de acordo com inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e demais Declarações, conforme modelo do Anexo II deste Edital;
- Declaração de que não possui em seu quadro societário, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

**3.5 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante será verificada o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

**3.5.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));**

**3.5.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça**



# MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC  
Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

3.5.3 - Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:2::>);

3.5.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.5.4.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

3.5.4.1.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.5.4.1.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

3.5.5 - Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

## 4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. No envelope nº. 02, relativo a Proposta de Preço, o licitante deverá apresentar digitada ou datilografada em linguagem clara, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datadas, assinadas e carimbadas no caso de empresa, inclusive eventuais anexos, em moeda corrente, o preço unitário e global ofertado pela outorga, no que tange a presente concessão, observado o valor mínimo estabelecido no item 1.1.1.

4.2. A remuneração mensal oferecida ao Município deverá observar o valor mínimo no item, pagos sempre até o 5º dia do mês subsequente, correspondente ao objeto definido no item “1” deste Edital.

## 5. DA HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO

5.1. A abertura dos envelopes relativo a Habilitação se dará as **13:45 horas do dia 17/08/2023**, na sala de Reuniões da Administração Municipal, na presença de no máximo 1 (um) representante de cada participante, obedecendo-se a seguinte rotina:

5.1.1. Abrir-se-ão os envelopes relativos à habilitação, cujos documentos dele constantes, serão analisados e rubricados pelos membros da Comissão, que em seguida os colocarão à disposição de todos os participantes ou seus representantes, que também deverão rubricá-los.

5.1.2. Abertos os envelopes relativos à habilitação, o presidente dos trabalhos indagará de todos os representantes dos licitantes, do interesse de eventuais recursos contra os documentos apresentados no envelope Nº. 01. Caso houver, a reunião será suspensa, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que seja apresentado o recurso na forma da lei. Caso não haja interesse na



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

apresentação de recurso em relação à mesma, será lavrado em ata a manifestação expressa de renúncia ao interesse recursal e passar-se-á a fase seguinte.

5.1.3. Cumprida esta fase, serão declarados os licitantes habilitados, e abertos os envelopes relativos à proposta de preço, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitações bem como pelos representantes dos licitantes presentes.

5.1.4. Para o julgamento das propostas, será considerada vencedora a proposta com o maior valor mensal ofertado pela concessão, conforme previsto no item 1.1.1.

5.1.5. De todos os procedimentos e decisões tomadas será lavrada ata, encerrando-se em seguida a reunião, tendo a Comissão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para divulgar o nome do vencedor.

### **6. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS RECURSOS E DE SEUS PRAZOS**

6.1. Os prazos de impugnações ou recursos obedecerão ao que dispõe a Lei nº. 8.666/93 (artigos 41 e 109) e seus respectivos parágrafos.

### **7. DA VIGÊNCIA E OBRIGAÇÕES**

7.1. O prazo de outorga das concessões para exploração de que trata este Edital, será de 12 meses a contar da assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses.

7.2. A presente concessão obrigará a CONCESSIONÁRIA, dentro do período mencionado no item 7.1, às seguintes condições:

- a) Respeitar a área objeto da presente concessão e utilizá-la rigorosamente na atividade acima mencionada e declinada no Edital que o originou;
- b) Pagar todas as despesas, taxas, alvarás, emolumentos ou tributos em geral, decorrentes da exploração da atividade comercial desenvolvida;
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros incidentes ou decorrentes da presente concessão e da atividade nela inserida;
- d) Pagar mensalmente à CONCEDENTE o valor estipulado na cláusula terceira do contrato, sujeitando-se ao seu prazo de vencimento, correção monetária, juros, multa e forma de reajustamento ali mencionada;
- e) Não promover quaisquer alterações (acréscimos ou supressões) ou benfeitorias na área objeto da presente outorga, sem a devida autorização da CONCEDENTE;
- f) Instalar às suas expensas, todos os equipamentos, móveis ou utensílios necessários à exploração de sua atividade comercial, os quais, ao final da presente concessão, deverão ser retirados do local, sem qualquer ônus à CONCEDENTE;
- g) Responsabilizar-se junto à CONCEDENTE por quaisquer danos ocasionados ao patrimônio público, quando da instalação ou retirada dos equipamentos necessários à exploração da atividade comercial desenvolvida;
- h) Assegurar à CONCEDENTE, por seus servidores ou prepostos, livre acesso para fiscalização da atividade comercial desenvolvida e, bem assim, do cumprimento das condições ora pactuadas;



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

- i) Não ceder nem transferir a terceiros os direitos de administração e locação do espaço definido no objeto do contrato;
- j) Respeitar todas as normas urbanísticas e de posturas da CONCEDENTE;
- k) Assegurar o uso do imóvel por parte da CONCEDENTE, com prioridade absoluta e irrevogável, sempre que a mesma dele necessitar, seja para uso próprio ou para promoção de qualquer evento, (podendo ser negociado com quem tiver a concessão);
- l) Manter o funcionamento diário do serviço de bar e lanchonete, nos horários previstos para os jogos e treinos, exceto os reservados pela CONCEDENTE;
- m) Manutenção e limpeza das benfeitorias de qualquer tipo existentes;
- n) Manutenção e limpeza das áreas de circulação interna e externa;
- o) Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução dos serviços.

Parágrafo Único: por manutenção entenda-se a obrigação do cessionário de comunicar a concedente das eventuais obras de conservação que se fizerem necessárias, gastos estes de obrigação da concedente.

### **8. DAS SANÇÕES**

8.1. O descumprimento por parte do licitante vencedor de qualquer das cláusulas deste Edital ou do Contrato de Concessão que o integra, implicará em uma multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos, bem como a suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, garantido sempre defesa prévia.

### **9. DA REVOGAÇÃO**

9.1. Estará sempre ressalvada à Administração Municipal, antes da assinatura do Contrato de Concessão relativo ao objeto da presente licitação, o direito de, por despacho motivado, de que dará ciência aos licitantes, revogar ou anular esta licitação, sem que caiba o direito a reclamação ou pedido de indenização por parte dos participantes.

9.2. Fica também ressalvado ao MUNICÍPIO o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, hipótese em que não terá direito o licitante vencedor de receber qualquer indenização ou reparação, salvo pelos serviços ou materiais efetivamente já aplicados.

### **10. DA RESCISÃO**

10.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, por iniciativa do MUNICÍPIO, atendida sempre a conveniência administrativa e financeira, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao licitante vencedor qualquer espécie de indenização.

10.2. A critério do MUNICÍPIO, caberá ainda rescisão do contrato, quando o licitante vencedor:



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

10.2.1. Não cumprir qualquer das obrigações constantes, neste Edital e no incluso Contrato de Concessão de Uso;

10.2.2. Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem previa e expressa autorização do MUNICÍPIO;

10.2.3. Entrar em concordata ou falência resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no Edital que o originou.

10.3. Ocorrendo à rescisão prevista na cláusula anterior, subitem 10.2.1 e 10.2.2 e 10.2.3, o licitante vencedor responderá por perdas e danos.

10.4. O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes.

### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. O Município reserva o direito ao uso e exploração **do Bar e Lanchonete** em dias de eventos promovidos pela municipalidade (podendo ser negociado com o cessionário).

11.2. A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral dos termos deste Edital.

11.3. Qualquer informação adicional poderá ser obtida no Setor de Compras e Licitações, no horário comercial.

11.1.5. Fazem parte integrante deste edital:

- a) Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) Anexo II – Modelo de carta de credenciamento de representante de licitante; de declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; de Declaração de Quadro Societário, de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e declaração de enquadramento como MEI, ME ou EPP;
- c) Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Dona Emma – SC, 17 de julho de 2023.

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal





**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**ANEXO I**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2023**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA**  
**CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

**PROPOSTA COMERCIAL**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
CPF OU CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para a **concessão para a exploração comercial de bar e lanchonete do Ginásio de Esportes Prefeito Valdemar Jumes** pertencentes ao Município de Dona Emma, localizada na Rua Alberto Koglin, s/n, Centro Município de Dona Emma/SC, constante do edital de Concorrência Pública nº. 39/2023 e seus anexos.

VALOR MENSAL OFERTADO:

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

VALOR TOTAL PARA DOZE MESES:

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Obs.: Estamos cientes de nossas obrigações assumidas e acatamos todas as exigências do edital de Concorrência Pública nº. 39/2023, de responsabilidade da Concessionária. Somos responsáveis também por todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com deslocamentos e outras e quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 dias).

....., .... de ..... de 2023.

-----  
Assinatura do Representante Legal  
Nome:.....  
CPF.....



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**ANEXO II**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2023**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA**  
**CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

**DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu(sua) representante legal, senhor(a) ....., inscrito(a) no CPF sob nº..... e portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº.....:

**CREDECIO** o(a) senhor(a)..... (nacionalidade), inscrito(a) no CPF sob nº..... e portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº....., a participar com poderes para apresentar proposta, assinar em nome da empresa, efetuar lances de preços, manifestar a intenção de recurso, enfim, praticar todos e quaisquer atos administrativos pertinentes do Processo Licitatório referenciado acima.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, cumprindo assim o que determina o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, salvo na condição de menor aprendiz.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação do Processo Licitatório.

**DECLARA**, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço prestado, inclusive consultoria, assistência técnica, ou assemelhados.

**DECLARA** para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial referenciado acima, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, se enquadra como:

- Microempreendedor individual;  
 Microempresa;  
 Empresa de Pequeno Porte;

Conforme inciso I e II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Declara ainda que a empresa não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e data)

.....  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:.....

**Observação:** a) Esta declaração deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado com a razão social, endereço completo, telefone e CNPJ da empresa proponente no ato do credenciamento da mesma junto a Comissão Permanente de Licitações.





# MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC  
Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

## ANEXO III

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

Pelo presente contrato, lavrado aos ..... dias do mês de..... de 2023 e atendendo ao que consta do Edital de **EDITAL DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 39/2023**, o Município de Dona Emma, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº. 83.102.426/0001-83 com sede nesta cidade, na Rua Alberto Koglin, nº. 3493, Centro, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor **NERCI BARP**, inscrito no CPF nº. ...., outorga a **CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO** para .....(qualificar), inscrito(a) no CPF ou CNPJ sob o nº ..... , endereço ..... , doravante denominado de **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representado por seu titular, Sr(a). .....(qualificação), o qual reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

#### **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo objetiva a outorga da **concessão para a exploração comercial de bar e lanchonete do Ginásio de Esportes Prefeito Valdemar Jumes pertencentes ao Município de Dona Emma, localizada na Rua Alberto Koglin, s/n, Centro Município de Dona Emma/SC.**

#### **2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1. O prazo de outorga da concessão para exploração de que trata este Contrato, será de 12 meses a contar da assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses.

#### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO E DA FORMA DE REAJUSTE**

3.1. A **CONCESSIONÁRIA** pagará mensalmente à **CONCEDENTE**, a título da presente concessão, o valor de R\$......(.....), perfazendo um valor total de R\$......(.....) para 12 meses.

3.2. Os pagamentos deverão ocorrer **ATÉ O 05º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE** e em documento próprio de arrecadação municipal, cujo valor será reajustado a cada 12 (doze) meses, de conformidade com a variação que vier a sofrer o IGPM, ou outro índice que venha substituí-la.

3.3. Os pagamentos realizados extemporaneamente pela **CONCESSIONÁRIA**, sofrerão, além da correção monetária (pelo índice acima mencionado), multa moratória de 2% (dois por cento), acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a falta de pagamento por um período superior a 03 (três) meses, acarretará na rescisão do presente contrato.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

4.1. A **CONCESSIONÁRIA** pelo presente instrumento obriga-se a:



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

- a) Respeitar a área objeto da presente concessão e utilizá-la rigorosamente na atividade acima mencionada e declinada no Edital que o originou;
- b) Pagar todas as despesas, taxas, alvarás, emolumentos ou tributos em geral, decorrentes da exploração da atividade comercial desenvolvida;
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros incidentes ou decorrentes da presente concessão e da atividade nela inserida;
- d) Pagar mensalmente à CONCEDENTE o valor estipulado na cláusula terceira do contrato, sujeitando-se ao seu prazo de vencimento, correção monetária, juros, multa e forma de reajustamento ali mencionada;
- e) Não promover quaisquer alterações (acréscimos ou supressões) ou benfeitorias na área objeto da presente outorga, sem a devida autorização da CONCEDENTE;
- f) Instalar às suas expensas, todos os equipamentos, móveis ou utensílios necessários à exploração de sua atividade comercial, os quais, ao final da presente concessão, deverão ser retirada do local, sem qualquer ônus à CONCEDENTE;
- g) Responsabilizar-se junto à CONCEDENTE por quaisquer danos ocasionados ao patrimônio público, quando da instalação ou retirada dos equipamentos necessários à exploração da atividade comercial desenvolvida;
- h) Assegurar à CONCEDENTE, por seus servidores ou prepostos, livre acesso para fiscalização da atividade comercial desenvolvida e, bem assim, do cumprimento das condições ora pactuadas;
- i) Não ceder nem transferir a terceiros os direitos de administração e locação do espaço definido no objeto do contrato;
- j) Respeitar todas as normas urbanísticas e de posturas da CONCEDENTE;
- k) Assegurar o uso do imóvel por parte da CONCEDENTE, com prioridade absoluta e irrevogável, sempre que a mesma dele necessitar, seja para uso próprio ou para promoção de qualquer evento, (podendo ser negociado com quem tiver a concessão);
- l) Manter o funcionamento diário do serviço de bar e lanchonete, nos horários previstos para os jogos, exceto os reservados pela CONCEDENTE;
- m) Manutenção e limpeza das benfeitorias de qualquer tipo existentes;
- n) Manutenção e limpeza das áreas de circulação interna e externa;
- o) Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução dos serviços.

Parágrafo Único: por manutenção entenda-se a obrigação do cessionário de comunicar a concedente das eventuais obras de conservação que se fizerem necessárias, gastos estes de obrigação da concedente.

### **5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

5.1. A CONCEDENTE pelo instrumento obriga-se a:

- a) Entregar a CONCESSIONÁRIA o objeto desse contrato nas condições em que se encontra para o uso constante do Edital que o originou;



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

b) Fiscalizar as condições de exploração, higiene, limpeza e conservação da área objeto da presente concessão, incluída a responsabilidade descrita na Cláusula 4ª, notificando a CONCESSIONÁRIA de qualquer irregularidade.

### **6 - CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

6.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONCEDENTE, sempre que atendida a conveniência administrativa e financeira, independentemente de interpelação judicial ou extra judicial, sem que caiba a CONCESSIONÁRIA qualquer espécie de indenização.

6.2. Caberá ainda, a critério da CONCEDENTE, a rescisão do contrato, quando a CONCESSIONÁRIA:

a) não cumprir quaisquer das obrigações constantes desse contrato e do Edital que o originou;

b) ceder ou transferir a terceiros os direitos de administração e locação dos espaços definidos no objeto deste contrato;

c) entrar em concordata ou falência, ou em qualquer outro ato que resulte no inadimplemento das obrigações aqui assumidas e no Edital que o originou;

6.2.1. Ocorrendo à rescisão nos termos acima mencionados (6.2, letras, "a", "b" e "c") a CONCESSIONÁRIA responderá por perdas e danos.

6.3. O presente instrumento também poderá ser rescindido por mútuo consenso das partes.

### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1. O descumprimento por parte da CONCESSIONÁRIA de qualquer das cláusulas deste Contrato de Concessão que o integra, implicará numa multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos, bem como a suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, garantido sempre defesa prévia.

### **8 - CLÁUSULA OITAVA - DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA**

8.1. Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução dos serviços.

### **9 - CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

9.1. Fica acordado entre as partes que este contrato reger-se-á principalmente pela Lei n. 8.666/1993 e subsidiariamente pelas demais Leis vigentes no País.

### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1. A contratada fica sujeita as sanções definidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.



# MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

10.2. A contratante aplicará multa no percentual de 20% (vinte por cento) do contrato, em caso de inexecução total ou parcial do presente instrumento, se garantido sempre defesa prévia.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

11.1. O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 39/2023– Concorrência Pública.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A Fiscalização pertinente ao objeto deste contrato, será exercida pelo(s) Servidor(es) designado(s) a critério do Poder Executivo desta municipalidade através de Portaria específica.

12.1.1. Atribuições do Fiscal do Contrato:

- É a atividade de controle e inspeção do objeto contratado (aquisição de bens, serviços e obras) pela Administração, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações previstas no contrato. Envolve, portanto, responsabilidade com o mérito técnico do que está sendo executado, observadas as condições convencionadas.
- Refere-se às atividades da administração pública e de seus agentes visando a se fazer cumprir as obrigações legais da sociedade. A fiscalização consiste em examinar uma atividade para comprovar se cumpre com as normas em vigor.
- A forma de fiscalizar os contratos deverá estar prevista no art. 67, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º do Dec. Nº 2.271/97.
- Ao Fiscal de Contratos compete zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas dos serviços prestados a Administração, bem como a qualidade dos produtos fornecidos. Dentre suas atribuições esta a de acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços e obras contratadas; indicar as eventuais glosas das faturas; além das conferências do adequado cumprimento das exigências das garantias contratuais, compete ao fiscal informar a área responsável pelo controle de contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades.
- Em regra, aprovar as medições (serviços e obras) e atestar as notas fiscais são atribuições do fiscal de contrato, já que ao mesmo compete, entre outras atividades, receber o objeto provisória e definitivamente, nos moldes dos arts. 73 e 74 da Lei nº 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA:** A Contratante poderá exigir da Contratada, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias relacionadas com o objeto deste contrato.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Getúlio/SC, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC  
Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

E, por estarem às partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

**Dona Emma (SC), xx de julho de 2023.**

---

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal  
Município de Dona Emma  
Contratante

---

**NOME**  
Cargo  
Nome da empresa  
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº

2) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº

**PABLO IDEKER DA SILVA**  
Assessor Jurídico - OAB/SC nº  
CPF nº